

EDUCAÇÃO E PODER NO BRASIL IMPERIAL: O COLÉGIO PEDRO II E O COLLÈGE DE SION COMO INSTRUMENTOS DE FORMAÇÃO DA ELITE

EDUCATION AND POWER IN IMPERIAL BRAZIL: COLÉGIO PEDRO II AND COLLÈGE DE SION AS INSTRUMENTS OF ELITE FORMATION

Júlia Duarte Santiago Nunes¹

RESUMO: Este artigo analisa a formação e o papel do Colégio Pedro II e do Collège de Sion no contexto do Império e do Segundo Reinado, evidenciando sua função como instituições de elite e espaços de reprodução de desigualdades sociais. A pesquisa destaca a influência da cultura e da pedagogia francesa no currículo e na organização dessas escolas que se tornaram modelos educacionais da aristocracia brasileira. A partir dos conceitos de capital social, capital simbólico e habitus, conforme elaborados por Pierre Bourdieu, examina-se como tais instituições contribuíram para a manutenção da ordem social, formando tanto os futuros dirigentes do país quanto jovens mulheres destinadas ao espaço doméstico. Conclui-se que, ao privilegiar determinados grupos sociais, esses colégios reforçaram as fronteiras entre as elites e as camadas populares, legitimando hierarquias culturais e sociais no Brasil imperial.

Palavras-Chave: Educação. Cultura francesa. Capital social. Desigualdade social. Brasil imperial

896

ABSTRACT: This article analyzes the formation and role of Colégio Pedro II and Collège de Sion in the context of the Brazilian Empire and the Second Reign, highlighting their function as elite institutions and spaces of social inequality reproduction. It emphasizes the influence of French culture and pedagogy on the curriculum and organization of these schools, which became educational models for the Brazilian aristocracy. Based on Pierre Bourdieu's concepts of social capital, symbolic capital, and habitus, the study examines how these institutions contributed to the maintenance of the social order, preparing both the country's future leaders and young women destined for the domestic sphere. It concludes that, by privileging certain social groups, these schools reinforced the boundaries between elites and popular classes, legitimizing cultural and social hierarchies in Imperial Brazil.

Keywords: Education. French culture. Social capital. Social inequality. Imperial Brazil.

INTRODUÇÃO

O Colégio Pedro II foi construído sobre os alicerces setecentistas da Escola de São Joaquim e inaugurado em 1837, sob a égide imperial, para atender à necessidade de uma escola secundária na capital do país. O colégio buscou sua inspiração e seu currículo na educação clássica francesa. Desde o início, a preferência recaiu sobre línguas e literaturas antigas e

¹Doutoranda em História da Educação, Universidade Federal de Sergipe.

modernas, religião, história, filosofia e retórica, em detrimento da matemática e das ciências naturais. Destaca-se, nesse contexto, a forte influência da França na educação brasileira, uma vez que o Brasil do século XIX absorvia muito da cultura francesa na área educacional, nas inovações pedagógicas e nas inúmeras reformas dos programas escolares.

Nessa perspectiva, Agnès Guillemín (1979) afirma que a penetração francesa no ensino brasileiro se deu em três fases: a primeira resulta de ações de franceses residentes no Brasil, que dão cursos particulares ou fundam pequenas escolas primárias e liceus, voltados principalmente à educação feminina, modalidade negligenciada pelo poder público. A segunda fase é caracterizada por uma ação combinada de brasileiros e franceses, já instalados no Brasil e na Metrópole, e por ações de ordens religiosas, como as irmãs de São Vicente de Paula, que chegaram ao Brasil a convite do Imperador em 1854. A última fase é caracterizada pela instalação da Aliança Francesa no Rio de Janeiro, em 1886, dois anos após ter sido criada na França. É importante ressaltar que, para os intelectuais brasileiros desse período, Paris/França exercia forte atração como capital cultural, o que contribuiu para que eles se apropriassem das ideias de representantes da intelectualidade francesa para reforçar suas próprias concepções. Seguramente, no Brasil, assim como em boa parte do mundo ocidental, a França alimentou utopias políticas e projetos de modernidade. No país, ela já vinha servindo de referência desde as últimas décadas do setecentos; dos brados de liberdade à sofisticação da *belle époque*, da moda à organização disciplinar do ensino médio. É com Paris que a intelectualidade brasileira e os socialmente emergentes aprendiam a adquirir lustro e tornar menos enfadonhos os seus dias provincianos (WARDE, 2000, p. 38).

897

Nesse sentido, Antônio Cândido de Mello e Souza (1977), em seu texto “O francês instrumento de desenvolvimento”, enfatiza a grande influência da cultura francesa nos países da América Latina a partir de suas independências. Segundo ele, essa cultura e sua língua tiveram papel de mediação entre as jovens nações e as demais culturas vigentes. O domínio da língua francesa era uma credencial cultural muito significativa à elite brasileira, pois era por meio das traduções francesas que os brasileiros do século XIX liam autores clássicos da literatura mundial, como Goethe, Byron e Schiller. É diante desse contexto de valorização da cultura francesa que o ensino do francês passa a ser obrigatório na escola secundária brasileira, a partir de 1837, com a criação do Colégio Pedro II. Em um dos primeiros programas de ensino desse colégio, a língua francesa consta como uma das principais disciplinas a serem ensinadas já no primeiro dos sete anos de curso.

No primeiro anno, o alumno, depois de algumas prelecções de Grammatica geral, aperfeiçoa-se na Grammatica e Língua Portuguesa, e começa a estudar latim, francez, e arithmetica." (VECHIA, 1998, p.28)

Dessa maneira, pode-se perceber a importância da língua francesa na formação básica do aluno, uma vez que, a partir do segundo ano, os manuais de algumas disciplinas, como zoologia, botânica, física e química, eram escritos em francês. A referida língua era ensinada com o objetivo de conceder aos alunos proficiência linguística capaz de levá-los à compreensão escrita dos diversos tipos de obras e manuais que lhes eram apresentados. A metodologia utilizada para alcançar tal objetivo era o ensino tradicional da língua, também conhecido como “gramática-tradução”, vigente até o início do século XX. Essa metodologia consistia no estudo do vocabulário, da gramática e da prática da tradução-versão. Além disso, nas aulas de francês, os alunos também tinham orientações de boa conduta, honestidade e civismo.

Dessa maneira, pode-se perceber que havia grande preocupação com a formação dos jovens da época, pois o colégio era responsável pela formação da elite brasileira. Levando em consideração que a França, nesse período, exercia enorme influência intelectual no Brasil, que a língua francesa era uma credencial cultural muito significativa à elite brasileira e que o próprio Colégio Pedro II foi criado aos moldes dos liceus franceses, podemos perceber o que Bourdieu considera como um esforço de apropriação da cultura dominante. Tal cultura, nesse contexto, é reconhecida como superior, uma vez que indivíduos e instituições que a representam buscam manter sua posição privilegiada, apresentando seus bens culturais como naturalmente ou objetivamente superiores aos demais. Por outro lado, a elite brasileira reconhecia a superioridade da cultura dominante, buscando se aproximar, se convertendo a ela. Nesse contexto, evidencia-se uma atuação da “boa vontade cultural”:

Os indivíduos que sustentam as formas dominadas da cultura podem, por outro lado, da mesma forma como ocorre no interior de um campo específico, adotar uma de duas estratégias diferentes. A primeira, mais comum, consiste em reconhecer a superioridade da cultura dominante e, em alguma medida, buscar se aproximar ou mesmo se converter a essa cultura. Tem-se aqui o que Bourdieu chama de “boa vontade cultural”: um esforço de apropriação da cultura dominante por parte daqueles que não a possuem." (NOGUEIRA, 2004, p. 33)

1. Habitus e capital social nas instituições educacionais de elite no Império e no II Reinado Brasileiro

Durante o Império e o II Reinado, os colégios Pedro II e Sion se destacaram como instituições formais de ensino encarregadas da formação intelectual e social da juventude pertencente à elite brasileira. Nesses espaços, consolidava-se e se transmitia grande parte da visão de mundo e da dominação social exercida pela classe dirigente.

Criado nos moldes dos liceus franceses, frequentado pela aristocracia e reconhecido como escola-modelo para as demais cidades do país, o Colégio Pedro II logo se tornou a instituição preferida das famílias que residiam na capital ou que para lá haviam se mudado. Alguns aspectos do ensino permaneceram constantes ao longo de seu período áureo: primeiro, a ênfase no ensino das humanidades clássicas; segundo a excelência de seu corpo docente, supervisionado de perto pelo próprio imperador; e terceiro, a exigência de que os alunos decorassem textos considerados fundamentais em suas áreas específicas. O ensino era ministrado sob olhares severos, e as lições frequentemente eram repetidas diante do imperador Pedro II, que costumava visitar a instituição para acompanhar o progresso de seus protegidos.

Sendo assim, a socialização escolar incorporava os preconceitos da educação europeia do período. As crianças eram ensinadas a avaliar o Brasil segundo os padrões europeus, sendo treinadas para desprezar tanto o seu próprio meio cultural quanto o das massas brasileiras. Os rapazes usavam uniforme característico: a princípio, semelhante a um hábito religioso e, posteriormente, um traje formal de cavalheiro. Segundo Jeffrey D. Needell, em *Belle époque tropical*, esses jovens estavam submetidos a uma disciplina que remetia às origens religiosas da instituição, da qual o colégio apenas em parte havia se afastado. Todos os horários, comportamentos, entradas e saídas eram rigidamente controlados. Havia registros das tarefas cumpridas e também das omissões. Nesse sentido, o colégio constituía um mundo à parte, capaz inclusive de inspirar, em alguns, ressentimento duradouro. Apesar da rigidez da disciplina, da hierarquia e da supervisão, o status da escola e de seus professores nunca era questionado. No Brasil imperial, não havia instituição de ensino mais prestigiada.

899

Nesse sentido, o alunato da instituição evidencia que, geração após geração, os filhos das mesmas famílias passaram por ela. Entre esses jovens, encontravam-se futuros conselheiros, ministros, senadores, titulares, banqueiros, advogados e médicos que controlaram as fortunas do Brasil imperial e republicano. Ali, filhos de latifundiários provincianos, de magnatas do comércio, de estadistas e de políticos imperiais se conheciam, recebiam formação, conviviam em turmas reduzidas e estabeleciam amizades que frequentemente se estendiam à vida adulta. Não raro, ao ingressarem nos cursos superiores, em geral Direito, em Recife ou em São Paulo, muitos continuavam a morar juntos em repúblicas. Para Needell (1993), o Colégio Pedro II representava o primeiro passo privilegiado no *cursus honorum* do Império, pelo qual passariam os homens da *belle époque* carioca.

A análise da socialização dos estudantes do Colégio Pedro II, assim como da posição social de seus frequentadores, permite estabelecer uma relação direta com o conceito de capital social. Segundo Bourdieu, os indivíduos ocupam posições mais ou menos privilegiadas na estrutura social em função do volume e da natureza de seus recursos. Esses recursos podem ser acionados para a obtenção de benefícios materiais (como um empréstimo, uma bolsa de estudos ou uma indicação profissional) ou simbólicos (como prestígio decorrente da participação em círculos sociais dominantes). O volume de capital social de um indivíduo, portanto, depende tanto da amplitude de seus contatos quanto da qualidade das relações que estabelece, isto é, da posição social das pessoas com quem se vincula. Nesse sentido, estudar no Colégio Pedro II, durante o Império, representava uma oportunidade de acumular prestígio, capital social e capital simbólico.

Finalmente, o capital simbólico diz respeito ao prestígio ou à boa reputação que um indivíduo possui num campo específico ou na sociedade em geral. Esse conceito se refere, em outras palavras, ao modo como um indivíduo é percebido pelos outros. (NOGUEIRA, 2004, p. 44).

Convém ressaltar que havia diferenças significativas entre a educação oferecida a rapazes e moças. Como vimos anteriormente, o ensino no Colégio Pedro II destinava-se a preparar os jovens para carreiras burocráticas e políticas, fornecendo-lhes também a formação humanística exigida de um cavalheiro europeu. Já a educação feminina obedecia a expectativas bastante distintas. Durante a Monarquia, a instrução das mulheres ocupava um segundo plano. Em um primeiro momento, as moças de famílias tradicionais recebiam aulas em casa, ministradas por pais ou preceptores. Poucas ingressavam em colégios de freiras, extremamente seletivos. Outras acompanhavam os pais à Europa, sendo educadas em conventos franceses.

Assim, no Segundo Reinado, as herdeiras raramente tinham acesso à instrução secundária, devendo limitar-se ao aprendizado doméstico considerado adequado. As exceções eram aquelas cujas famílias residiam na Europa e podiam garantir-lhes o prestígio de uma educação católica em colégios de freiras. Essas instituições funcionavam, ao mesmo tempo, como espaço de formação e como local seguro para manter as jovens enquanto os pais cuidavam dos negócios e dos lazeres. Entre as ordens mais requisitadas estava a *Sacré Coeur* de Paris, cidade predileta da elite brasileira. Essa prática, no entanto, era onerosa e apresentava inconvenientes, uma vez que a formação europeia mostrava-se de difícil assimilação para jovens que viviam a maior parte do tempo no Brasil. Na última década da Monarquia, a condessa Monteiro de Barros, juntamente com um grupo de amigas bem-nascidas, idealizou uma alternativa: implantar no Brasil um modelo educacional inspirado na pedagogia católica

francesa, de modo que suas filhas não precisassem deixar o país. Para isso, aceitaram a proposta da *Congrégation de Notre Dame de Sion*, ordem disposta a enfrentar os desafios da capital brasileira com o objetivo de educar, segundo a cultura cristã, as filhas das famílias dominantes.

Nessa perspectiva, no Collège de Sion, tanto a formação cultural quanto a língua falada, os textos de referência e o paradigma pedagógico adotado eram predominantemente franceses. Os objetivos da instituição eram profundamente religiosos, deixando marcas nítidas de devoção nas jovens que dela saíam para ocupar posições na classe dominante. O currículo confirma essa orientação. Embora incluísse obras brasileiras, como a *Epítome de História Universal*, de Serrano, predominavam os autores franceses. O status social vinculado ao Collège era marcadamente elitista. Seus benfeitores eram titulares, e a instituição desfrutava dos favores da família imperial. Rapidamente, o Sion adquiriu a reputação de ser a mais exclusiva e prestigiosa escola para meninas de “boa família” no país. Os pais aspiravam a que suas filhas fossem educadas nos moldes da nobreza francesa e se satisfaziam com os relatos sobre os métodos adotados. Era motivo de orgulho saber que suas jovens aprendiam a obedecer às regras do silêncio, vestiam uniformes definidos pela *congrégation* europeia e eram reconhecidas por seu francês impecável, suas maneiras refinadas, formação literária clássica e apropriada submissão à autoridade.

Com efeito, a educação oferecida pelo Collège de Sion, associada às normas comportamentais transmitidas e à assimilação de posturas próprias das jovens da nobreza francesa, remete diretamente ao conceito de *Habitus* de Bourdieu. Para o autor, a posição ocupada por cada sujeito na estrutura social gera um conjunto de vivências típicas, que tendem a consolidar-se na forma de um *habitus* condizente com essa posição. Esse *habitus* orienta o indivíduo em diversas situações sociais, não como um sujeito isolado, mas como membro típico de um grupo ou classe social, colaborando, mesmo inconscientemente, para a reprodução das propriedades do grupo de origem e da própria estrutura social. Assim, as jovens do Collège de Sion agiam como representantes de uma classe, mesmo sem plena consciência disso, exercendo poder e dominação econômica e, sobretudo, simbólica, de modo não intencional, no meio em que viviam.

As marcas de sua posição social, os símbolos que as distinguem e que a situam na hierarquia das posições sociais, as estratégias de ação e de reprodução que lhe são típicas, as crenças, os gostos, as preferências que a caracterizam, em resumo, as propriedades correspondentes a uma posição social específica são incorporadas pelos sujeitos tornando-se parte da sua própria natureza.” (NOGUEIRA, 2004, p. 26).

1.1 O Collège de Sion e o Colégio Pedro II: a escola como reprodutora de desigualdades sociais

A educação elitista oferecida pelo Colégio Pedro II e, sobretudo, pelo Collège de Sion estava extremamente distante da realidade vivida fora dessas instituições e dos palacetes de Petrópolis, Laranjeiras e Botafogo. Do lado de fora, predominavam iletrados, autodidatas e a miséria de negros e pardos, vistos como objetos da caridade da classe dominante. O regulamento de 17 de fevereiro de 1855 evidencia essa desigualdade de oportunidades: determinava que a formação do trabalhador deveria atender às necessidades de uma sociedade urbano-agrícola-comercial, enquanto a educação da elite tinha como finalidade preparar o ingresso nos cursos superiores. Sob esse viés, segundo Needell (1993), a estratificação brasileira era reforçada por uma educação que isolava completamente as crianças ricas dos setores médios urbanos e das massas empobrecidas do campo e da cidade. Isso não ocorria apenas porque frequentavam determinadas escolas, mas também porque eram socializadas sob rígidas linhas hierárquicas e expostas a uma vivência moldada por princípios eurocêtricos. Assim, não apenas eram educadas: eram, em maior ou menor grau, europeizadas.

Sendo assim, a análise das desigualdades promovidas por essas instituições de ensino evidencia a escola como reprodutora de desigualdades sociais. Homens e mulheres, ricos e pobres, negros e brancos não tinham acesso às mesmas oportunidades ou privilégios no ambiente escolar. Portanto, a escola não deve ser concebida como instância neutra que transmite um conhecimento intrinsecamente superior a outros e avalia os alunos com base em critérios universalistas. Nesse contexto histórico, ela se apresentava como uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes detentoras do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Colégio Pedro II e do Collège de Sion, no contexto do Império e do Segundo Reinado, permite compreender como a educação brasileira do século XIX se constituiu como um espaço privilegiado de reprodução das hierarquias sociais e culturais. Esses colégios, ao adotarem modelos pedagógicos fortemente inspirados na tradição francesa, não apenas consolidaram a supremacia simbólica da cultura europeia sobre a realidade nacional, mas também se tornaram instrumentos de legitimação das elites, conferindo-lhes capitais sociais e simbólicos decisivos para a manutenção de sua posição de prestígio. Nessa perspectiva, a partir das categorias de Pierre Bourdieu, *habitus*, capital social e capital simbólico, é possível perceber que tais instituições operaram como mecanismos de distinção, segregando o acesso à cultura erudita e ao prestígio social. Enquanto o Colégio Pedro II preparava os jovens da aristocracia

para ocupar funções políticas, jurídicas e burocráticas no Estado imperial, o Collège de Sion destinava-se à formação de moças de “boa família”, moldando comportamentos, valores e disposições condizentes com o papel feminino esperado na ordem social vigente. Em ambos os casos, o ensino contribuiu para a reprodução de padrões elitistas, eurocêntricos e excludentes.

Constata-se, portanto, que a escola não se configurava como espaço neutro de transmissão do saber, mas como arena de poder, responsável por reforçar fronteiras sociais e por perpetuar a desigualdade estrutural da sociedade brasileira. Essa constatação é fundamental para compreender que, no Brasil imperial, a educação esteve profundamente vinculada à lógica de distinção, em vez de se constituir como via de mobilidade social ampla. Ao contrário, o acesso ao capital cultural e simbólico oferecido por essas instituições assegurava à elite a continuidade de sua hegemonia, ao passo que relegava as camadas populares à marginalização educacional. Assim, o estudo das trajetórias do Colégio Pedro II e do Collège de Sion revela não apenas a centralidade da cultura francesa no imaginário educacional do período, mas também evidencia como a escola foi utilizada como dispositivo de legitimação da ordem social. Ao analisar esse processo histórico, reforça-se a necessidade de problematizar o papel da educação no Brasil, tanto em seu passado quanto em seu presente, como espaço de disputa simbólica, reprodução e, potencialmente, transformação social.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Maria Helena Câmara. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio Pedro II (1856-1892). *História da Educação*, Pelotas, v. 12, p. 39-58, set./dez. 2008.
- GUILLEMIN, Agnès. *Un aspect de l'influence culturelle française au Brésil: Les écoles françaises à Rio de Janeiro de 1808 a 1915*. Paris: Université Paris III, 1979.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: Gribaldo; USP, 1972.
- LORENZ, Karl Michael. A influência francesa no ensino de ciências e matemática. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN LATINO-AMERICANA, Buenos Aires, 2007. Anais [...]. Buenos Aires: [s.n.], 2007.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império: 1823-1853*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. v. 1.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NOGUEIRA, Alice Maria; CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NOGUEIRA, Alice Maria; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *A instituição do ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*. 2006. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2255. Acesso em: 30 ago. 2025.

PIETRARÓIA, Cristina Casadei. A importância da língua francesa no Brasil: marcas e marcos dos primeiros períodos de ensino. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 37, p. 7-16, maio/ago. 2008.

PINHO, Pollyanna. O ensino secundário na reforma Coutto Ferraz (1854): uma nova estratégia de formação das elites? Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004. Mimeografado.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (orgs.). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: [Edição dos Organizadores], 1998.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e Educação: um ensaio no espelho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 37-43, 2000.

ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no Império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio Pedro II. *Revista HISTEDBR*, Campinas, v. 18, p. 29-44, jun. 2005.